

GOVERNANÇA TRANSNACIONAL DA POLÍTICA EDUCACIONAL LOCAL

Ivanilso Santos da Silva – UFPE – ivanilsosantos@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho dos estudos iniciados no mestrado e seus desdobramentos em pesquisa de doutoramento em curso, a partir dos quais pudemos evidenciar a materialidade da influência direta de uma Instituição de Governança Transnacional - IGT (Ruckert, 2010) sobre as diretrizes políticas em voga no estado de Pernambuco entre os anos de 2007 e 2022.

Teórica e metodologicamente apoiamo-nos nas contribuições de (Santos, 2001); Ball, 2001; 2014) e (Apple, 2003), a respeito das relações entre diretrizes globais e atuações políticas locais e deste movimento enquanto inerente à globalização e ao modelo político-ideológico do neoliberalismo

Neste sentido, objetivamos discutir a relação entre governos locais e IGT na conformação de políticas educacionais transnacionais localizadas, mais especificamente, a relação entre o Governo de Pernambuco e o Banco Mundial no desenho de políticas educacionais gestadas entre os anos de 2007 e 2022.

Desenvolvimento

As categorias utilizadas por nós para nortear as discussões neste trabalho são as de globalização, a de forma mercado e a de gestão, todas confluindo e sendo operadas à luz de um dado paradigma político, qual seja, o neoliberalismo. Primeiramente, a globalização aqui compreende-se à luz das contribuições de Milton Santos (2001), para quem este fenômeno representa o mais elevado nível de internacionalização do capitalismo e cuja compreensão pressupõe algumas dimensões, como seu sistema de técnica, no singular, vinculado ao campo da comunicação que, por sua vez, permite-nos uma percepção ampliada e convergente do tempo, como também do planeta nas suas diferentes dimensões, inclusive histórica, técnica e política; e do seu movimento impulsionado por “um motor único” denominado “mais-valia universal”, operado por um mercado global. Seriam, então, tais elementos constituintes da arquitetura da globalização (Idbem).

Tais processos, inclusive de mercantilização em escala global tem como paradigma político-econômico (Apple, 2003) o neoliberalismo. Este movimento característico da globalização hegemônica (Santos, 2001) à luz do paradigma neoliberal, põe na berlinda o Estado Nacional em sua capacidade de gestar, gerir e conduzir, com soberania, suas políticas, uma vez que os atores hegemônicos imprimem sobre o mundo um programa de ação capaz de influenciar os diferentes atores locais em torno de um ideal consensual, integrar e viver a globalização neoliberal em algum nível (Ruckert, 2010).

Uma das principais estratégias de influência dos atores hegemônicos são a defesa, difusão e estímulo ao uso da forma mercado e de suas tecnologias, através das quais desempenham um papel fundamental no delineamento de uma nova forma de gestão pública (Ball, 2001) focado em alterar o papel do Estado pela eliminação e supressão dos limites entre público e privado (Apple, 2003), em suas formas endógenas e exógenas (Ball e Youdell, 2007), que conformam o gerencialismo como mecanismos de gestão. É pela gestão que se operam as reformas políticas que redefinem a engenharia organizacional do setor público, introduzindo novos modelos de poder, reforçando a forma mercado (Ball, 2001).

Confluindo nesse contexto, temos não apenas os representantes do mercado, ou seja, as empresas, os conglomerados, as redes e filantropias, mas os agentes em favor do mercado (Ilon, 2002), tais como as Instituições de Governança Transnacionais, constituindo-se em “agentes cruciais de governação num sistema em que a autoridade pública se torna cada vez mais fragmentada”, buscam influenciar e suplantam os Estados Nacionais em diferentes níveis (Ruckert, 2010, p. 821).

Através das instituições transnacionais, como o Grupo Banco Mundial – GBM, que há muito tempo se posiciona enquanto um dos gestores transnacionais dos interesses dos mais diferentes seguimentos do mercado, o mercado influencia as mais diferentes políticas locais, inclusive educacionais. É vasta a literatura sobre a relação entre o GBM e o Estado Brasileiro que se dá desde a década de 1950, em diferentes âmbitos, projetos e empréstimos. Em relação à educação, a literatura trata bem das influências resultantes desta relação nas políticas nacionais a partir da década de 1970 (Fonseca, 1995), passando o Brasil a vir a ser um dos maiores credores e tomadores de empréstimos do BM a partir da década de 1990 (Mello, 2012).

Como tais relações são sempre assimétricas, pois o GBM impõem as condicionalidades e as diretrizes, sem as quais os credores não podem acessar aos recursos, a serem consideradas na elaboração e execução dos Projetos; e dado o fato de que tais práticas são globais e aplicam-se a todos os países que desejem operar suas políticas a partir desta relação, principalmente os do Sul Global, fica evidente o papel de governança transnacional do Banco para aqueles que queiram sentar-se à mesa do capitalismo globalizado. Ao jogar esse jogo, os Estados Nacionais renunciam parte da sua soberania e autonomia, tendo êxito a suplantação do papel do Estado por um agente do mercado. Para além da governança transnacional temos, ao menos no Brasil, políticas transnacionais gestadas, geridas e executadas por Estados e governos locais em parceria direta com IGT.

Ao analisarmos a política educacional em Pernambuco no período entre 2007 e 2022, especificamente em relação às suas diretrizes, pudemos identificar, ao longo do referido intervalo de tempo, que a política educacional do estado repousava sobre prerrogativas educacionais globais, não apenas como uma ideia, mas enquanto um programa de ação muito explícito. Tal resultado evidenciou-se através da identificação de que as diretrizes políticas norteadoras repousavam em quatro projetos firmados entre o governo local e o Banco Mundial: a) *Pernambuco Integrated Development: Education Quality Improvement Project – EDUQ*, elaborado e firmado em 2003 e operacionalizado até 2010; b) *Improving Quality and Efficiency of Education and Public Management* (2007), quando de sua aprovação recebeu o título de *Pernambuco Education and Accountability –PERA* (2009); c) o Projeto *Opportunities, Enhancing Equity In The State Of Pernambuco* (2012-2014); e d) *Pernambuco Equity and Inclusive Growth Development Policy Operation* (2013-2014).

Como resultado, os princípios que regem a macropolítica global e nacional ganha, no nível local, a sua versão, de modo que todos e cada um dos programas e ações decorrentes contribuíram para consolidar o Gerencialismo, a Gestão Para Resultados, a Meritocracia e a Responsabilização, como tecnologias de mercado, por um lado, suplantando o Estado Brasileiro intranacionalmente.

Conclusões

O setor educacional, no contexto de Pernambuco, serviu de vetor para a reforma do papel do Estado em âmbito local, uma vez que pela adoção do modelo de mercado na política educacional, pode-se criar uma cultura gerencialista e de mercado para outras esferas e setores da administração pública. Sob tais parâmetros, a educação foi pensada para favorecer e reforçar um modelo de escola e de educação a partir da perspectiva de mercado.

Do ponto de vista da Governança Transnacional, temos o Estado Nacional suplantado pelo BM ao nível dos governos locais. Ainda que a política educacional em nível nacional desenvolvida a partir da década de 1990 no Brasil, sob influência e parceria com o BM estejam em linha com os projetos e empréstimos firmados diretamente com as unidades da federação, tais relações ajudam a evidenciar aspectos da Governabilidade transnacional da política educacional bem como, que tais movimentos refletem, em muitos aspectos, as diretrizes paradigmáticas do neoliberalismo, que busca enfraquecer os Estados Nacionais mediante diferentes estratégias de descentralização.

Referências

Apple, M. W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

Ball, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>

Ball, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 21-44 pp.

Ball, S. J.; Youdell, D. (2007). **Privatización encubierta en la educación pública.** Internacional de la Educación: V Congreso Mundial, julio.

Ilon, L. (2002). Agent of global markets or agent of the poor? The WorldBank's education sector strategy paper. **International Journal of Educational Development**, 22, 475–482.

Ruckert, A. (2010). The forgotten dimension of social reproduction: Theworld bank and the poverty reduction strategy paradigm. **Review of International Political Economy**, 17(5), 816–839. <https://doi.org/10.1080/09692291003712113>

Santos, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.